

A COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA PORTUGUESA

Nunca, como hoje, foi tão evidente que níveis elevados de emprego e de bem-estar dependem fundamentalmente da competitividade da economia poder assegurar novos empregos e melhorar os existentes, pela reorientação de empresas para a exportação e pela atracção de investimento directo estrangeiro.

Concentra-se a comunicação social sobre os indicadores de recessão e podia até pensar-se que a recuperação do consumo interno, público ou privado, seria suficiente para voltar ao crescimento, como se recentemente e com crédito abundante o tivéssemos tido.

Os nossos problemas são mais antigos e não se resolverão com as políticas económicas que nos conduziram à situação actual. O nosso principal problema é a degradação acentuada da competitividade externa da economia portuguesa.

Se descontarmos os generosos apoios comunitários recebidos concluiremos que não crescemos desde meados dos anos 90, e numa forma ainda mais evidente desde que entrámos no Euro sem interiorizar que a participação na UEM nos obrigaria a um esforço sério de aumento de competitividade.

Em alternativa – também se sabia – assistiríamos a que qualquer queda de competitividade externa – já não podendo ser compensada pela desvalorização da moeda – fosse compensada pela queda dos salários reais e/ou do emprego.

E é nos índices internacionais de competitividade que é mais fácil verificar o que recuámos. Em 2000 Portugal ocupava o 22.º lugar do ranking no índice do *World Economic Forum*, em 2004 estávamos em 24.º e daí para cá fomos ultrapassados por uma média de 3 países por ano, situando-nos na 49.ª posição em 2012. Em 12 anos perdemos 27 lugares num indicador com grande visibilidade, de forma regular, apesar de alguns esforços conseguidos de “bater” o índice, actuando ao nível governamental só sobre os pontos que são medidos como indicadores parciais de competitividade. O exemplo mais conhecido é o de “empresa na hora” – indicador relevante, sem dúvida, mas que não foi acompanhado de redução de burocracia pós-criação, nomeadamente outros licenciamentos obrigatórios.

Tem o Governo centrado a sua acção na correcção dos enormes desequilíbrios macro-económicos do País, nomeadamente o deficit orçamental e o deficit comercial e da balança corrente.

O trabalho do Forum para a Competitividade concentrou-se muito, nos últimos anos, na chamada de atenção para a insustentabilidade da política económica seguida desde que “decidimos” entrar no Euro.

É urgente que se possa concentrar agora em contribuir para recriar um sector exportador competitivo e concentrado em produtos e actividades onde, independentemente de vantagens comparativas, possamos beneficiar de preços *premium*, por oposição a mercados de margens esmagadas como são alguns onde operam parte dos nossos sectores tradicionais. E também em estimular o IDE, única variável de criação de emprego a curto prazo.